

POLÍTICAS AGRÍCOLAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO DE ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA (DARCINÓPOLIS-TO)

Sidinei Esteves de Oliveira de Jesus

Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte, CEP 70.910-900, Brasília, Distrito Federal
E-mail: sidineiesteves@gmail.com

Sidelmar Alves da Silva Kunz

Mestre em Geografia e Pesquisador do INEP/MEC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia – Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte, CEP 70.910-900, Brasília, Distrito Federal
E-mail: sidelmar.kunz@inep.gov.br

Renata Nasser Serradourada

Mestra em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Departamento de Geografia Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte, CEP 70.910-900, Brasília, Distrito Federal
E-mail: rserradourada@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir as consequências das diretrizes adotadas pela política agrícola do Estado brasileiro, nas últimas décadas, para os grupos de agricultura familiar no campo. Neste estudo é procedida análise da realidade da agricultura familiar no Projeto de Assentamento Amigos da Terra (Darcinópolis-TO). Essa investigação aponta no sentido de que as políticas agrícolas voltadas para agricultura familiar têm sido cada vez menos eficazes e os trabalhadores do campo, por conseguinte, encontram-se mais afetados pelos problemas socioeconômicos resultantes da precarização das ações governamentais com esse enfoque.

Palavras-chave: políticas agrícolas; agricultura familiar; assentamentos agrários.

Abstract

The objective of this paper is to discuss the consequences of agricultural policy guidelines adopted by the Brazilian government in recent decades, for family growers in the field. In the present study is undertaken analysis of the reality of family farming in Settlement Project Friends of the Earth (Darcinópolis-TO). This research points towards that agricultural policies for family farming have been less effective each time and the field workers, therefore, are most affected by socioeconomic problems resulting from the deterioration of government actions with this focus.

Keywords: agricultural policies; family farming; agrarian settlements

Introdução

As transformações no espaço agrário brasileiro, a partir dos anos 50 do século XIX, têm se caracterizado por profundas mudanças na estrutura de suas relações no campo, pois foram as sesmarias que deram a origem da grande maioria dos latifúndios no país (OLIVEIRA, 2002). Nesse panorama, considera-se que a Lei de Terras de 1850, a expansão do modo de produção e apropriação capitalista, bem como a modernização da agricultura brasileira, foram responsáveis pela expulsão de muitas famílias do campo. Como consequência desses processos avoluma-se o quantitativo de trabalhadores rurais despossuídos e excluídos da terra.

A intensificação do êxodo rural está relacionada à adoção de políticas alinhadas ao grande capital, como é o caso da Revolução Verde. Isso tem provocado alterações significativas na forma e estrutura da agricultura familiar no campo, inclusive em alguns locais verifica-se a tendência de extinção desse modelo de atividade na terra. Para Santos (2011) os programas¹ do governo brasileiro têm favorecido aos grupos que se beneficiam das políticas agrárias desde o período colonial.

A partir dessas considerações, percebe-se que apesar do Brasil ter apresentado crescimento econômico o arranjo político baseado em práticas excludentes pretéritas não edifica as bases para romper o quadro social de pobreza e desigualdades, pois se observa a forte inclinação para a maximização do lucro por meio da exploração e concentração.

¹ Esses programas dizem respeito às ações direcionadas ao setor agropecuário colocadas em curso desde o momento seminal da agricultura brasileira. Lembrando que tais programas – cujos repasses de recursos financeiros são historicamente destinados, sobretudo, aos grandes proprietários de terras –, também incluem em suas demandas questões relacionadas à redução da pobreza rural, embora o volume de esforços nessa área seja bastante tímido. Nessa lógica, demonstram-se insuficiente para promover a permanência do agricultor ou o seu retorno ao campo, bem como ofertar melhores condições de vida e trabalho nesse ambiente. Esse cenário é consequência do fato de que nos governos democráticos instituídos a partir da Constituição Federal de 1988 a ótica hegemônica adotada é a agronegócio. A seguir, registra-se alguns programas com esse enfoque: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que destina volumes significativos para motivação do agronegócio brasileiro; o *Brasil em Ação* voltado para a implantação de logística integrada com vistas a aproximar os produtos (assim como a agroindústria) dos mercados internos e externos; o Programa *P&D* da Embrapa destinado às questões de automação agropecuária; os programas inspirados no Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) do Banco Mundial que resultaram no fortalecimento da perspectiva mercantil no meio rural; o *Plano Safra*, em 2014, que destina volume de recursos para o meio rural, porém, privilegia o setor do agronegócio em detrimento ao da agricultura familiar.

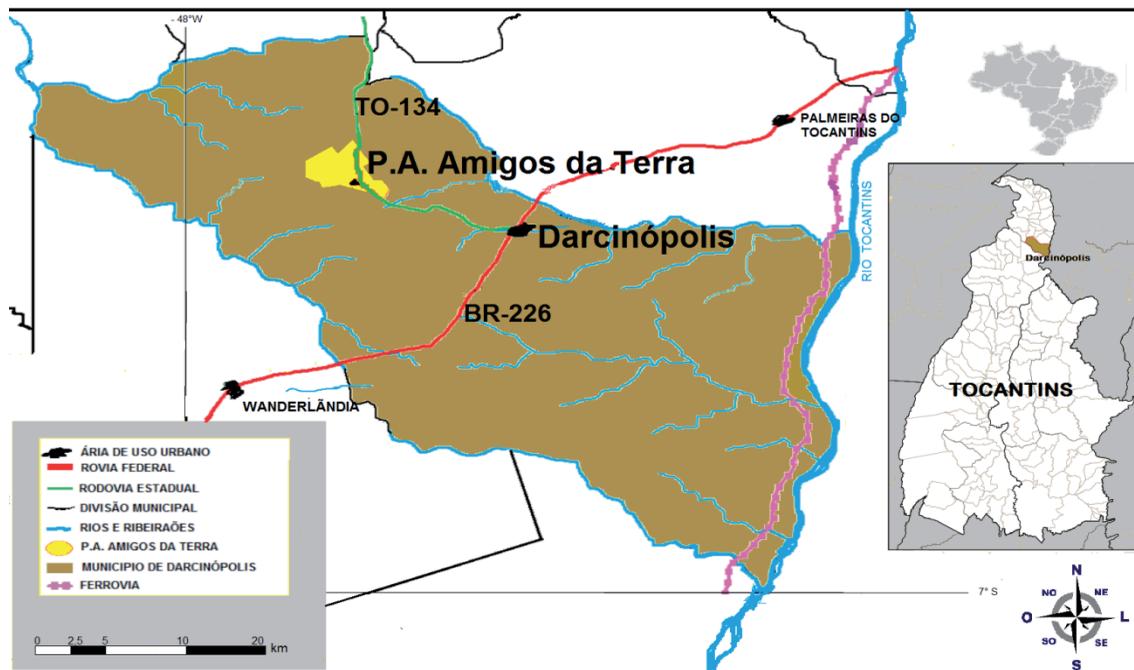
Nesse cenário de em que se estabelece uma ordem política e econômica em escala nacional na qual a agricultura familiar figura a margem das ações do poder público, é urgente construir pautas que considere a importância do campo na construção das políticas públicas. Por mais que o contexto seja desfavorável para a agricultura familiar diante da pressão exercida pelos agentes do agronegócio, nota-se que sua atuação é eficaz e substancial para a economia nacional. Tanto é que, segundo Guimarães, Ribeiro e Echeverria (2011), a agricultura familiar fornece cerca de 70 % dos alimentos consumidos no país, além de representar mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários, embora a área ocupada seja cerca de 20%.

Esta investigação tem o propósito de refletir sobre o processo de segregação socioespacial ocorrido em áreas de assentamentos rurais no território brasileiro, no contexto das investidas do agronegócio tendo como recorte espacial para a análise o Projeto de Assentamento Amigos da Terra no Tocantins. Em termos de procedimentos metodológicos aplicaram-se questionários e entrevistas, bem como dados secundários ofertados por instituições oficiais como MDA, INCRA e IBGE.

A definição desse recorte espacial motivou-se em razão da trajetória de pesquisa sobre sustentabilidade nessa comunidade com enfoque na sua vocação para a atividade apícola. Ressalta-se, ainda, que se trata de ambiente fortemente impactado pelas tentativas de sufocamento por parte do agronegócio e sujeito às repercussões das políticas do Estado brasileiro.

O mapa a seguir localiza a área de estudo referente ao Projeto de Assentamento Amigos da Terra-PAAT que surgiu em 1995, localizado as margens da TO 134, a oeste do município de Darcinópolis no estado do Tocantins. O IBGE (2008) localiza esse município (pertencente a micro região do Bico do Papagaio) nas coordenadas latitude sul e longitude oeste respectivamente 06° 42' 47" e 47° 45' 35", constando altitude de 0 metro.

Atualmente, o Projeto de Assentamento Amigos da Terra está permeado por problemas de ordens internas e externas, as quais afetam o desenvolvimento social da comunidade. Dentre essas questões, acentua-se o débil ou precário alcance das políticas públicas estatais no que tange ao suporte para o desenvolvimento local, já que ações de financiamento de atividades e assistência técnica são fundamentais para a consolidação de uma agricultura familiar que garanta a permanência na terra.



Mapa 01 – Localização do Projeto de Assentamento Amigos da Terra.

Organização: (JESUS; SERRADOURADA; KUNZ, 2014).

Fonte: IBGE (2010) e SEPLAN/TO (2011).

Políticas Agrícolas na agricultura familiar

Tendo como escopo a ampliação da capacidade econômica dada à contribuição da agricultura para o fortalecimento de práticas que fomentam o desenvolvimento local. Obdala e Santos (2007) compartilham o entendimento de que os subsídios destinados à agricultura familiar são responsáveis pela manutenção das atividades rurais, por conseguinte, reduz o fluxo migratório dos trabalhadores rurais. Esses autores ressaltam ainda que:

A viabilidade desse setor [agricultura familiar] não é, portanto, algo dado, natural, independente de visões políticas, de estratégias de desenvolvimento nacional. Ela tem sido construída mediante ações consistentes e orientadas para objetivos muito claros: reforma agrária; restrições legais à concentração da propriedade; geração de tecnologia apropriada; assistência técnica e extensão de alta qualidade; financiamento favorecido e aporte de recursos a fundo perdido; completa e eficiente infra-estrutura; serviços sociais interiorizados etc. (OBDALA; SANTOS 2007; p. 685)

O governo brasileiro tem priorizado o grande latifúndio com formato agrícola que desconsidera a função social. Desde a década de 1960 os investimentos se

concentram em modernizar a agricultura sem romper com seus princípios de funcionamento. Isso deixa patente, como bem salienta Ferreira, Silveira e Garcia (2001), a desvantagem para a agricultura familiar nos projetos encampados pelo poder público já que o apoio ostensivo por parte do governo objetiva agregar eficiência e viabilidade à empresa agrícola.

O contexto agrícola atual do Brasil é resultante de várias mudanças de perspectivas e atuações de forças. Reconhece-se que nas décadas de 1960 e 1970 os processos de modernização reconstruíram o *modus operandi* do modelo de produção excludente no meio rural, haja vista que houve um fortalecimento da autoridade de decisão para além do nível de Estado-Nação, consequência da intensificação da globalização capitalista. De acordo com os parâmetros da “Revolução Verde” era preciso incorporar pacotes tecnológicos à agricultura de modo a renovar a base técnica, fenômeno esse conhecido, por Santos (1986), como modernização agrícola brasileira. Sobre essa mudança na base técnica, Agra e Santos (2001, p. 2) salientam que:

O processo de modernização intensificou-se a partir dos anos [19]70, houve, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, um aumento de mais de 1.000% no número de tratores utilizados, em relação à

década de [19]50, chegando este incremento a 6.512% na década de [19]80, e um aumento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados a tração animal e nas colhedeiras nos anos 80, também em relação à década de [19]50.

Nesse contexto, é possível observar que o processo de modernização da agricultura nacional está diretamente vinculado à fase decisiva do processo de importações a internacionalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos (AGRA; SANTOS, 2001). Os autores afirmam ainda que esse processo de modernização fosse proposto a fim de modernizar o latifúndio, para que os grandes proprietários de terras e compradores dos produtos industriais pudessem produzir para abastecer o mercado externo.

Esses foram os parâmetros aplicados no campo agrário por meio da Revolução Verde para modernizar a produção agrícola nacional. A ideia suposta era no sentido de que essa proposta de modernização agrícola promoveria a economia nacional, bem como resolveria o problema da fome no país. Porém, se essa de fato era a intenção, os idealizadores desse programa não pensaram em uma política que atendesse toda classe campesina. Agra e Santos (2001) argumentam que as orientações vendidas para o Brasil por meio da Revolução Verde foram elaboradas tendo como foco os países de clima temperado e solos homogêneos de modo que ao serem inexoravelmente aplicadas resultaram, em muitos solos brasileiros, em erosão, antropização, salinização, compactação e perda de produtividade. Santos (2011) faz uma análise dos problemas causados aos países subdesenvolvidos em função da Revolução Verde. Na sua leitura, a publicidade apoia essa revolução por meio da imposição da necessidade de uso intensivo de fertilizantes, sementes e equipamentos importados. O resultado disso é a transformação de fluxos de comercialização, abrindo espaço para a implementação de grandes monopólios voltados para a importação e exportação sob a orientação multinacional. Além disso, esses processos reforçam a estrutura fundiária existente no país na lógica de grandes latifúndios, ou seja, terra para poucos.

No campo essas assertivas são confirmadas a partir da presença da industrialização. O que em outrora o próprio sistema produtor de mercadorias separou, na atualidade se unifica com a finalidade de promover a ampliação da mais valia. O desenvolvimento da agricultura capitalista, ao mesmo tempo em que propicia em muitas instâncias a concentração da propriedade fundiária (SANTOS, 2013).

Conforme a compreensão de Agra e Santos (2001) o processo de modernização teve como foco principal o latifúndio (grandes proprietários) reforçando o processo histórico de exclusão que o Brasil possui. A concentração dessa modernização, segundo esses autores, se deu preponderantemente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste enfatizando os produtos exportáveis oriundos da monocultura como é o caso da soja e da cana de açúcar. As regiões Norte e Nordeste com predominância de pequenos produtores e policultura alimentar foram deixadas à margem.

Desse modo, o modelo de produção familiar agrícola foi ficando sem apoio. Em função disso, à medida que o processo de modernização chegava ao campo, à mão-de-obra passava a deixar o campo em busca de emprego nos centros urbanos. O desfecho disso tudo foi um acentuado aumento do êxodo rural e uma elevação nos preços da cesta básica, o que agravou ainda mais a sobrevivência das pessoas que haviam deixado o campo.

Observa-se, neste ambiente de contrastes, uma interpretação errônea do que vem a ser desenvolvimento econômico, uma estratégia de integração social e distribuição de renda, formadora do bem estar comunitário e que se apresenta como objetivo conflitante aos interesses dos grupos de decisão política do país (ABDALA; SANTOS, 2007, p. 678).

De fato, essas investidas do grande capital com suas ferramentas técnicas e políticas para impor suas orientações apresentam-se como problemas a serem enfrentados no universo rural. O agronegócio necessariamente tem se confrontado com os interesses da agricultura familiar que luta para ser reconhecida sua dimensão socioeconômica que contribuiu substancialmente para o desenvolvimento local nos marcos da Constituição Federal de 1988.

O agronegócio enquanto atividade priorizada pelos espaços privilegiados de decisão do país tem resultado na marginalização da agricultura familiar no campo das políticas públicas, as quais são desenhadas sob a orientação dos grandes empreendedores agrícolas ou seus representantes que insistem em desprezar o papel da agricultura familiar na consolidação da segurança alimentar da sociedade.

O universo da agricultura familiar necessita de políticas públicas específicas nas áreas de crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, da promoção da agroindustrialização e de um esforço integrado de desenvolvimento da área rural (ABDALA; SANTOS, 2007, p. 688).

Nesse sentido, autores como Romeiro (2001), Veiga (2001) e Darolt (2000) reforçam a ideia de que é preciso investir esforços governamentais no sentido de garantir a sustentabilidade da agricultura familiar pela via da diversificação de culturas e ampliação das possibilidades de adequação aos ecossistemas locais, considerando os conhecimentos dos agricultores, bem como as formas de produção e uso de tecnologias endógenas que proporcionam maior absorção de mão-de-obra.

Por fim, registra-se a necessidade de se promover políticas públicas nos marcos dos interesses das comunidades de modo a expurgar a tradição elitista da política agrária historicamente feita pelo Estado brasileiro. Isso exige pensar a política agrária como modo de vida rompendo as práticas de uma estrutura que reafirma o grande capital em nome de interesses hegemônicos distintos dos manifestados pelo pequeno camponês.

A Agricultura familiar no Projeto de Assentamento Amigos da Terra

O PAAT tem vivenciado problemas quanto ao seu desenvolvimento, tanto no contexto social como no da sustentabilidade. A ausência das políticas públicas para atenderem a comunidade traz dificuldades na organização no modo de vida da sociedade e a falta de recursos para investimentos em insumos e implementos para executar as atividades na agricultura torna a vivência dessa comunidade ainda mais delicada.

Uma das estratégias tentadas para amenizar a falta de renda das famílias no PAAT foi a introdução da apicultura na agricultura familiar desse assentamento. Sendo assim, a inserção da apicultura no modo de trabalho dessas famílias no primeiro instante, surtiu efeito significativo, onde as famílias envolvidas passaram a disponibilizar de uma renda complementar extraída da venda do mel de abelhas.

Sobre essa atividade, Furtado (2007, p. 03) comenta que:

A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente da agricultura familiar, sendo assim determinante na melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no meio rural. O Brasil apresenta características especiais de flora e clima que, aliado à presença da abelha africanizada, lhe conferem um potencial fabuloso para a atividade apícola, ainda pouco explorado.

A Associação dos Trabalhadores Rurais Vale do Corda-ATRVC, teve uma importância fundamental na inserção da atividade apícola no PAAT. No ano de 1995, a ATRVC aprovou junto ao Banco Mundial o Projeto Reviver. Projeto socioambiental, cujo objetivo foi trabalhar o fortalecimento da agricultura familiar e a recuperação das áreas degradadas nas comunidades tradicionais em seis comunidades nos municípios de Wanderlândia e Darcinópolis, ambos, na região norte do Tocantins.

O projeto Reviver foi criado e aprovado no ano de 1997 junto ao Banco Mundial pela Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale do Corda no município de Wanderlândia no Tocantins, tinha como objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades apoiadas pelo projeto no município de Wanderlândia e região. Com forte atuação com vistas a promover melhorias na qualidade de vida por meio da combinação da geração de renda e preservação ambiental. Um dos objetivos específicos desse projeto seria trabalhar a atividade apícola em assentamentos rurais, quilombos, terras indígenas com finalidade de criar mecanismos para estabelecer melhores condições sociais nessas comunidades.

O projeto era executado, mediante um diagnóstico técnico das atividades com mais aptidão na comunidade. A ATRVC trabalhava com três linhas de atividades ligadas a agricultura familiar, dentro do projeto: Os Sistemas Agroflorestais-SAF's, Piscicultura e Apicultura.

A partir da inclusão do Projeto de Assentamento Amigos da Terra na execução do Projeto Reviver, a atividade apícola começou a ganhar espaço e começou a ser desenvolvida, incorporando e diversificando a agricultura familiar na comunidade. Um pequeno grupo de familiares foi selecionado através da sua identificação com a apicultura, para fazer aperfeiçoamento e conseqüentemente adquirir experiências para trabalhar com a atividade apícola, essa atividade visava à preservação do cerrado e a geração de renda para aquelas famílias através dos produtos das abelhas, tendo como o principal foco a extração do mel.

Essa atividade foi executada pelo Projeto Reviver no PAAT por aproximadamente 08 anos. Nesse contexto, a apicultura teve um bom desempenho, devido os recursos investidos pelo Projeto Reviver, como por exemplo, nos acompanhamentos técnicos da atividade. Depois de 10 anos de execução, o Projeto Reviver chegou ao seu término e os agricultores deixaram de receber apoio material e técnico. Assim, a atividade apícola no PAAT foi abandonada pela maioria dos agricultores, evidenciando que o projeto não adquiriu sustentabilidade.

Na busca por alternativas para uma vida melhor na formação de seu território, a comunidade do projeto de Assentamento Amigos da Terra, ainda aposta na atividade apícola, pois, é uma atividade capaz de fixar o agricultor e agricultora no campo, por meio de alternativas de promoção da sustentabilidade associada à preservação do meio ambiente. De acordo com Silva e Peixe (2008 p. 01), a apicultura, “é uma atividade de reconhecida importância na geração de emprego e renda, fator de diversificação da propriedade rural, proporcionando benefícios sociais, econômicos e ecológicos”.

É dessa maneira, que a comunidade tem buscado a preservação do seu território, usando da apicultura como um instrumento técnico, diversificador da agricultura familiar para ajudar na sustentabilidade de suas famílias e na proteção do cerrado em seu território.

Em fim, diante do modelo de Reforma Agrária do nosso país, um grande número de assentamentos tem problemas para seu desenvolvimento, principalmente quando se trata da sustentabilidade local. No contexto da Agricultura Familiar, a apicultura pode ser uma alternativa importante, capaz de promover a sustentabilidade social e ambiental. Porém, muitas iniciativas têm sido feitas introduzindo a apicultura a fim de tornar comunidades que vivem a margem da pobreza, altamente sustentáveis, mas nem todas encontraram o caminho do sucesso.

Considerações finais

Dessa forma, a insegurança da política agrícola, especialmente para aqueles produtores que se dedicam às culturas de subsistência; a falta de incentivos agrícolas que não chegam ou são até cortados; os baixos preços de produtos agrícolas; além do efeito atração que os meios de comunicação social apresentam as cidades como fontes da realização dos desejos; são os principais responsáveis pelo êxodo rural. Por esses motivos, o modelo de produção familiar, ficou desamparado. Como último recurso, a mão-de-obra abandonou o campo buscando emprego nas áreas urbanas. As consequências foram o aumento do êxodo rural e dos preços dos produtos da cesta básica, sem que tal aumento fosse a benefício do produtor. O direcionamento da pesquisa pública nesse período, também confirma o privilégio ao modelo convencional ou agroquímico.

As consequências desse processo são a precarização e a exclusão social, reforçando a segregação socioespacial nas cidades e no campo. Modos de vida no campo vão sendo dizimados sem que haja um esforço real de reincorporação destas populações, gerando as legiões de sem-terra e sem-teto que hoje se organizam

para lutar por uma redefinição justa do seu lugar na sociedade e no território. Examinando este conjunto de transformações é possível definir, mesmo que de forma sintética, alguns dos traços básicos que caracterizam os padrões de consumo e produção nas décadas de implantação acelerada da modernização.

Fica evidente que a intensidade da migração depende de políticas públicas para a agropecuária e a população rural do país. Este apoio deve abranger desde a agricultura familiar até o agronegócio empresarial, pois explorando culturas próprias, todas as atividades são fundamentais na geração de empregos e fixação de agricultores no campo. As pequenas propriedades exercem papel essencial na produção de alimentos básicos para o abastecimento do mercado interno. Já a agricultura empresarial viabiliza a produção de grãos e carnes em grande escala, igualmente beneficiando o consumidor.

A solução para o problema discutido neste estudo seria a criação de investimentos, e até mesmo subsídios, para manter os pequenos produtores no campo, já que os problemas sociais e econômicos gerados pelo esvaziamento do campo geram maiores gastos para o governo e para a sociedade como um todo.

Dessa forma, afirma-se que a questão da sustentabilidade no Brasil não pode ser pensada com base nos mesmos padrões em que a discussão se dá nos países da Europa e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, como regra geral. A necessidade central no caso do Brasil não é a de estabelecer metas agregadas de redução, mas sim adotar uma forte dinâmica política que transforme a estrutura social desigual, desequilibrada e predatória que vem sendo estabelecida nos diversos pontos do território. É preciso, em primeiro lugar, combater a insustentabilidade social.

Portanto, significa democratizar a renda e o acesso à terra, aos recursos naturais, aos serviços básicos e aos bens de consumo úteis. Um segundo movimento fundamental, na medida em que a cidadania e o senso de comunidade nacional se fortaleçam, é combater o desperdício, o elitismo, o descaso com o espaço comum e a alienação tecnológica que vem caracterizando a economia urbano-industrial no Brasil. Este segundo movimento deve inaugurar uma era de uso correto, responsável e cuidadoso, inclusive no aspecto da sua conservação, dos enormes recursos materiais e culturais presentes no território brasileiro, por exemplo, estimulando os modelos de produção agroecológicos. Ele não pode ser realizado, por outro lado, enquanto permanecerem os fortes elementos elitistas e antidemocráticos da formação social do país (antigos e contemporâneos).

Referências bibliográficas

- AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia**. Recife, 2001. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_agribrasil.pdf>. Acessado em: 16 mai. 2014.
- DAROLT, Moacir Roberto. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná. 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2000.
- FERREIRA, B., SILVEIRA, F. e GARCIA R. C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GARCIA GASQUES, J. e CONCEIÇÃO, J. C. (Orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.
- FURTADO, Edimilson Lopes. **Produção de Mel**: Um Estudo de Caso sobre a Análise do Custo de Produção dos Apicultores Associados à Associação Apícola Caririense. (Trabalho de Conclusão de Curso). Gurupi: UNIRG, 2007.
- GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar; Ribeiro, Francis Lee; Echeverria, Augustina Rosa. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.1, n.2; p.1-11, Dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.rbas.com.br/pdf/2011-volume2-numero1/artigo1.pdf>>. Acessado em: 16 mai. 2014.
- JESUS, Sidinei Esteves de Oliveira de. **O processo de territorialização dos apicultores sobre o bioma cerrado a partir de um estudo da cadeia produtiva do mel no projeto de assentamento amigos da terra**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Araguaína: UFT, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. 3 ed. Editora Universidade UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- OBDALA, Klaus; SANTOS, Marivone Moreira dos. Políticas Agrícolas, Desenvolvimento Regional e Agricultura Familiar. **Revista Estudos**, UCG, Goiânia, v. 34, n. 9/10, p. 677-693, set. / out., 2007.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade?. In: **Texto para Discussão**. IE/Unicamp. n. 102, set. 2001.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 ed. 2011.
- SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: _____. **Presença de vieses de mudança técnica da agricultura brasileira**. São Paulo: USP/IPE, p.39-78, 1986.
- SANTOS, Ricardo Menezes. **A unidade de produção familiar camponesa como território de resistência à reprodução do capital no campo**. Disponível em: <<http://www.mpabrazil.org.br/download/file/7314>>. Acessado em: 16 mai. 2014.
- SILVA, Roberto Carlos Prazeres de Andrade e PEIXE, Blênio César Severo. Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Contexto da Apicultura Paranaense – uma Contribuição para a Identificação de Políticas Públicas Prioritárias. In: (anais) **I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola de Governo e Universidade estaduais**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.
- VEIGA, José Eli da. Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. In: **Série textos para discussão**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.